



Marechal Floriano. Prefeita diz que vai apurar responsabilidades

Prefeitura deixa meia tonelada de alimentos estragar em sala

[Handwritten signature]

CARLOS ALBERTO SILVA

Os produtos, como trigo, arroz e biscoito, deveriam ter sido distribuídos pela Ação Social do município

CLAUDIA FELIZ
cfeliz@redegazeta.com.br

■ A Prefeitura de Marechal Floriano, na Região de Montanha do Estado, permitiu que cerca de meia tonelada de alimentos, comprada em 2009, estragasse numa sala do Almojarifado da Secretaria de Ação Social do órgão. Entre os alimentos estão açúcar, trigo, arroz, pó de café, chocolate, biscoito, além de coco ralado, canjica e fermento.

Ontem, na sala onde os alimentos estavam armazenados, era possível sentir um forte cheiro de bolor e observar insetos vivos dentro e fora dos pacotes, circulando no ambiente.

Três vereadores da cidade – Juarez Xavier, Aloísio Modolo e João Cabral – chamaram a Polícia Militar e abriram a porta do depósito onde estavam os alimentos, ontem à tarde.

Eles – que chegaram a estimar o material em uma tonelada – explicaram que, pela manhã, funcionários da Vigilância Sanitária e da Secretaria de Ação Social foram ao local, mas não retornaram à tarde, conforme combinado. Uma técnica da Vigilância que não se identificou admitiu que “ninguém foi por causa da presença da imprensa”.

PROCESSO E DEMISSÃO

A prefeita de Marechal Floriano, Eliane Lorenzone, disse que foi surpreendida com a existência dos alimentos estragados. Segundo ela, o material foi fornecido à Secretaria de Ação Social da prefeitura, ao longo de 2009, para distribuição a projetos da terceira idade e do Centro de Referência de Ação Social (Cras).



DESPERDÍCIO. No local onde os alimentos estavam, havia um forte cheiro de bolor, além de insetos

Eliane Lorenzone – que definiu o desperdício como algo lamentável – disse que abrirá processos administrativo e disciplinar para apurar responsabilidades dos funcionários da secretaria. Ela afirmou que os alimentos foram adquiridos com recursos próprios da prefeitura, mas não soube informar quanto

CPI apura aplicação de verba do Estado

■ Há 40 dias, a Câmara de Vereadores de Marechal Floriano instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar, segundo os vereadores Juarez Xavier, Aloísio Modolo e João Cabral, a aplicação de R\$ 1,8 milhão em obras de recuperação do município, dentro da emergência decretada em decorrência da chuva, no início de 2009. Os vereadores suspeitam de que esses produtos possam

ter sido parte do que foi doado à prefeitura pelo governo do Estado. Mas a prefeita Eliane Lorenzone garante todas as cestas básicas, os colchonetes e as garrafas de água foram entregues aos moradores e que os gastos com recuperação de estradas vicinais, bueiros, pontes e vias foram feitos com recursos da prefeitura, totalizando R\$ 560 mil. Ela afirma que R\$ 1,8 milhão foi o valor estimado pela Defesa Civil em um levantamento feito por ocasião das chuvas, mas que esse montante não corresponde ao que foi realmente aplicado nas obras.

foi investido na compra de alimentos fornecidos à Secretaria de Ação Social. “Vamos apurar se houve pedido além do necessário, e a razão de os alimentos não terem sido utilizados”, disse a prefeita, admitindo que o processo administrativo pode até resultar em demissão dos responsáveis.

O procurador da prefeitura, Gustavo Pavesi Izoton, chegou a dizer que o município acionará os vereadores Juarez Xavier, Aloísio Modolo e João Cabral na Justiça por causa do arrombamento da porta do almoxarifado da Secretaria de Ação Social.

Os vereadores disseram porém que agiram dessa forma porque precisavam fazer o inventário dos produtos para o relatório de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na qual atuam, apurando aplicação de recursos públicos municipais em estragos provocados pela chuva, no ano passado.